

**EDcl no AgRg no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.057.508 - BA (2017/0035229-0)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : NILSON SOUZA SILVA
ADVOGADOS : LUCIANA PEREIRA DA SILVA - DF020349
SOLANGE MARIA MENDES DE DEUS PAULO - DF057623
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS INEXISTENTES. MERA REDISCUSSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admite embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
2. Não se verifica vícios no acórdão recorrido, em relação à ilegalidade do mandado de citação, porquanto a descrição do fato criminoso não é requisito previsto no art. 352 do CPP.
3. Não há falar em nulidade por cerceamento de defesa, pois, além da preclusão, não houve efetivo prejuízo, dada a presença de defensor em todos os atos processuais, sendo que a desconstituição das premissas fáticas do acórdão demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível a teor da Súmula 7/STJ.
4. Existindo fundamentação idônea, não se prestam os embargos de declaração para a rediscussão do acórdão recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogério Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator